

Problematização e pedagogia do território

Quatro percursos para uma problematização do território

Vítor Matias Ferreira*

Resumo: O presente texto retoma, a primeira parte do Relatório apresentado e discutido aquando das Provas de Agregação realizadas no ISCTE em Julho de 1991. Tendo em conta a dupla condição de docente e de investigador, no campo disciplinar da Sociologia Urbana, o autor estruturou esse conjunto de actividades em torno de quatro percursos académicos e profissionais, que partindo de um quadro problematizador do "urbano", parece indicar o surgimento de uma sociologia do território.

I - Nota justificativa

O texto que se segue retoma, basicamente, a primeira parte do relatório apresentado aquando das Provas de Agregação realizadas no ISCTE em Julho de 1991. Pareceu útil, no entanto, como forma de enquadramento deste mesmo texto, apresentar as linhas orientadoras das reflexões realizadas, transcrevendo, assim, a própria apresentação do referido relatório.

Com efeito, aquele relatório tomou como objecto central um conjunto específico de actividades de leccionação e de investigação, estreitamente constitutivas das funções académicas exercidas numa instituição de ensino universitário - o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Com uma especificação fundamental: não se tratando, propriamente, de um relato daquelas actividades, o objecto dessas reflexões centrou-se, desde logo, numa determinada formulação problemática, base de sustentação teórica, metodológica e empírica, precisamente, de uma concreta exercitação didáctica no quadro daquelas actividades de leccionação académica.

Deste modo, a primeira parte do referido relatório (que aqui se publica), levou-nos pelos "caminhos" daquela problematização, faseando os modos e os processos conducentes a uma determinada formulação teórico-metodológica, mas, também, à ilustração empírica daqueles "percursos" e, ao fim e ao cabo, à própria "encruzilhada" de natureza disciplinar, em torno da qual fomos levados a questionar o próprio quadro de referência académica do conjunto daquelas reflexões.

* Docente do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador no CIES.

Do "urbano" ao "território", de uma perspectiva analítica a uma avaliação prospectiva, da "cidade" à "metrópole" (de Lisboa), da sociologia urbana à sociologia do território, foram, assim, quatro "percursos" - ou quatro momentos de uma mesma problematização - sem os quais dificilmente se entenderia aquela mesma exercitação didáctica. Significa isto que, à semelhança da própria postura académica, não era possível ilustrar uma determinada experimentação pedagógica, sem a inserir, precisamente, no próprio quadro de questionamento, de ordem conceptual, instrumental e empírica, do objecto central daquelas mesmas actividades lectivas.

Problematização e pedagogia do território constituem, assim, tal como dizemos no ponto conclusivo do referido relatório, as duas faces de uma mesma "moeda" - ou, para sermos mais precisos, de uma mesma atitude, no interior de uma determinada instituição académica - que implica uma postura de permanente confronto, não só institucional e não necessariamente conflitual, entre a Academia e o tecido social e urbano (no caso em apreço) em que aquele lugar de aprendizagem e de pesquisa se posiciona, se demarca e se "confunde".

Neste sentido, aquele relatório, constituindo, igualmente, uma (auto)avaliação de uma proposta pedagógica concreta, exercitada numa determinada instância curricular do Curso de Licenciatura de Sociologia, não pode deixar de ser, também, uma certa auto-biografia daquela referida atitude, na sua dupla condição decorrente da leccionação e da investigação e no domínio, um tanto disciplinarmente impreciso, da Sociologia Urbana.

Em tais condições, o mencionado relatório foi estruturado de modo a, numa primeira parte, assinalar, de forma sucinta, algumas das componentes que permitiram fundamentar uma determinada problematização do território a partir da qual foi possível explicitar, numa segunda parte, o esquema organizativo e o "modelo" de aprendizagem daquela instância curricular da Licenciatura de Sociologia - precisamente, o Seminário de Sociologia Urbana. Foi então possível, assim se julga, sublinhar algumas das componentes didácticas que poderão vir a desenvolver um sistema aberto, de permanente reflexão sobre os instrumentos analíticos e sobre a sua própria aplicação empírica e que designámos de pedagogia do território.

Entre a problematização e a pedagogia do território - as duas "faces", como dissemos, de uma mesma actividade profissional - fiquemo-nos, por agora, na primeira, através de um conjunto de "andamentos" conducentes a uma determinada problematização do território.

II - Quatro percursos para uma problematização

Tomando como objecto central o conjunto de actividades polarizadas em torno de uma específica função académica, não deixa de ser significativo assinalar a ocorrência de determinados "percursos" passíveis de se encontrarem de acordo com alguma lógica interna àquelas mesmas actividades.

Certo parece ser que, daquela função académica, decorreu um conjunto de actividades - ao nível da leccionação - que acabaram por determinar boa parte dos

caminhos percorridos. Como se a pedagogia do ensino em causa não pudesse dispensar, naturalmente, o próprio didactismo daqueles mesmos percursos, ambas as atitudes alimentando-se, necessariamente, das interrogações sobre o real e da própria realidade, dando corpo e voz a um comportamento que se recusa encerrar nos "muros" na Universidade.

Nessa medida, o presente relatório não poderá deixar de ser, igualmente, autobiográfico, expondo aquelas posturas e estas interrogações, inaugurando, assim, um novo percurso, agora necessariamente "mais curto", porque controlado neste confronto da inscrição no papel branco das dificuldades, mas também de alguns sucessos (deixando de lado falsas modéstias!) do conjunto das actividades realizadas.

Realmente, "ao princípio" foi o Verbo, que se fez Tese (de Doutoramento)! No entanto, para além das razões estritamente institucionais e académicas, a finalização daquele projecto - antes, ainda, da sua própria defesa pública - acabou por demarcar um momento crítico (de crise!) face a "futuros não improváveis" de progressão na respectiva carreira académica.

É, obviamente, intencional, aquela citação da linguagem prospectiva - pedindo-a, de empréstimo, a M. Godet (1985). Com efeito, aquele momento crítico - que já anteriormente havia sido de crise do "objecto teórico", na assumida herança de um património althusseriano na sua "tradução urbana" conduzida por M. Castells (cfr, nomeadamente, para sermos rigorosos, 1968) - era, agora, claramente, uma crise do próprio "objecto empírico". Se, com a verbalização daquela tese se "encerrava" - ou se perspectivava! - um conjunto de estudos e de análises sobre uma determinada situação concreta - Lisboa, (sempre), na sua dupla condição histórica e sociológica, de "espaço urbano" mas também de "território metropolitano" - o momento crítico obrigava, agora, a um questionamento prospectivo da mudança futura (passe a redundância) daquele mesmo objecto das pesquisas entretanto realizadas.

E, assim, ao mesmo tempo que a leccionação implicava novas posturas pedagógicas - decorrentes, nomeadamente, como veremos a seguir, de novas exigências de ordem institucional - uma "cruzada" investigação sociológica recolocava, no centro das preocupações, uma conduta metodológica prospectiva que haveria de "descentrar" o (mesmo) objecto daquelas pesquisas. Metaforicamente, poder-se-ia dizer que não se tratava tanto de um "xadrez em dois tabuleiros" (na feliz expressão de A. F. Costa, 1983), mas, antes, de uma mesma "partitura", agora a "quatro mãos" ou, se se quiser, de uma mesma "caminhada", mas com quatro percursos possíveis.

Crise do objecto, pois! Mas crise inerente à sua própria problematização, agora já não "inerte" no seu passado histórico e documental, mas, antes, em acto de mudança - de "futuro incerto", acrescentaríamos nós, intitulado, de resto, desse modo, um dos estudos realizados (1989) - em que a aparente redundância procura enfatizar, precisamente, os riscos da incerteza, que não, evidentemente, uma postura "futurista" desse mesmo objecto.

Quatro percursos, dissemos, ou quatro frentes de equacionamento de um mesmo problema - ou, melhor, da sua problematização! É altura de descodificar um pouco mais o discurso, mapeando aqueles diversos "andamentos". Como veremos, a ordem de exposição não é, obviamente, arbitrária, sendo certo, contudo, que ela não coincide (já o sabíamos) com a própria ordem pedagógica e científica dos respectivos processos dessa mesma problematização.

Naturalmente, a ordem exposta procurou responder, precisamente, às exigências das Provas em avaliação, o que significa que os percursos assinalados nos deverão encaminhar para o próprio objecto daquele relatório, centrado, como dissemos no início, na actividade docente desenvolvida, sobretudo, a partir da conclusão (material) da tese de doutoramento.

Temos, assim, quatro percursos, cujos itinerários e marcos de referência poderiam ser sinalizados do modo e ordem seguintes:

1. Do "urbano" ao "território": noções à procura de uma problematização;
2. Da perspectiva analítica à avaliação prospectiva: uma postura teórico-metodológica;
3. Da "cidade" à "metrópole" (de Lisboa): um debate teórico e empírico;
4. Da sociologia urbana à sociologia do território: uma actividade pedagógica e didáctica.

É tempo, pois, de encetarmos a "caminhada"!

1. Do "urbano" ao "território": noções à procura de uma problematização

Não espantar-se, pois, que o primeiro percurso assinalado seja, também, em certo sentido, o que ultima o feixe de reflexões que estruturaram o conjunto de actividades académicas aqui em observação. Um tal sentido - dando, inclusivamente, sentido aos percursos realizados - remetendo-nos, permanentemente, para um debate filosófico da condição epistemológica das noções em causa, acabou por constituir, assim, como que a matriz daquelas reflexões, topos de confluências e de atravessamentos, zonas de fronteira, mas também de esbatimentos, entre teoria e empiria, pedagogia e investigação, conhecimento e realidade.

Convém assinalar que um tal percurso já se encontrava inscrito em trabalhos anteriores (nomeadamente nos que confluíram na materialização da referida tese de doutoramento). Não se julgando tratar-se de uma qualquer "obsessão" (do objecto perdido...), digamos que uma tal permanência se deve, fundamentalmente a uma inquietação bachelardiana - ao sublinhar que o que define um conceito é, sobretudo, a sua eventual "fecundidade" (G. Bachelard, 1970) e não, exclusivamente, a sua potencial pertinência explicativa do real!

Vimos, então, como a própria mudança socio-urbanística do objecto das pesquisas realizadas - mudança, sobretudo, ao nível dos processos de estruturação territorial e de diferenciação espacial - implicava, necessariamente, uma mudança nos instrumentos daquela mesma observação analítica. Não se tratando, obviamente, de um efeito de circularidade teórico-empírica, procurou-se demonstrar (assim se julga) a pertinência explicativa - mas, sobretudo, a fecundidade ilustrativa - de

cada uma daquelas noções, de acordo com diferenciadas configurações conjunturais do objecto em causa.

A mudança da condição espaço-temporal daquele objecto, implicava, assim, inexoravelmente, a mudança de estatuto conceptual dos instrumentos daquela mesma investigação. Mudança de estatuto a exigir, contudo, um mesmo registo teórico de problematização, sem o que se correria o risco de construção de dois discursos, eventualmente paralelos, sem "pontes" nem "pontas" que os conduzissem para um mesmo universo de inquirição.

Foi, assim, possível constatar, em termos muito esquemáticos, um posicionamento analítico que, partindo de uma determinada "negatividade" do urbano - herdada como dissemos, através do "nihilismo urbano" de M. Castells dos inícios da década de 70 - se colocava, agora, segundo uma postura, digamos, de "positividade" territorial - beneficiando, na altura, das reflexões pós-crise dos anos 70 de um conjunto de investigadores do que poderíamos designar de "triângulo italiano" (envolvendo Roma, Milão e Veneza) - através da qual foi possível, então, construir um quadro de análise operativo e adequado aos objectivos da pesquisa empírica.

A noção de território - desde logo entendida como decorrente de um "processo construtivo" (Indovina, 1976), mas não deixando, igualmente, de ser adequada à prospectiva da cidade do "fim do milénio" (Indovina, 1990) - assume, assim, o estatuto de instrumento conceptual central no conjunto das investigações, particularmente as que vieram a ser desenvolvidas nos últimos anos. Simultaneamente, a noção de urbano perdia a sua eventual carga "nihilista", para se assumir como instrumento analítico adequado a contextos socio-espaciais determinados - cfr., nomeadamente, J. Peixoto (1990) num texto significativamente premiado num Concurso Mundial de Jovens Sociólogos!

Tratou-se, no entanto, de um percurso em busca - eventualmente do "espaço perdido"! - mas sobretudo da sua própria problematização. Mas, problematização imposta, não só pelas pesquisas entretanto desenvolvidas, mas, igualmente, como exigência académica decorrente das actividades docentes realizadas ao longo daquele período, ambas as situações a merecerem adequada explicitação na altura própria (vd. a seguir). De resto, e uma vez que não se tratou de um trabalho exclusivamente de ordem conceptual, será essa mesma explicitação que permitirá ilustrar algumas das questões que se colocaram ao longo daquele processo de problematização.

Antes, porém, de terminar a abordagem deste mesmo percurso - e tendo em conta, como dissemos, que ele deverá ser retomado em momentos posteriores - não será demais sublinhar o que já antes aludíramos, a propósito da própria condição transversal por ele assumida, no conjunto dos percursos realizados. E é, exactamente, nessa transversalidade que aquele processo de problematização acabou por se constituir como que o paradigma orientador das actividades de leccionação e de investigação realizadas, sobretudo, a partir das próprias pesquisas posteriores à materialização da tese de doutoramento. Eis o que não deixará de encontrar alguma ilustração e eventual validação ao longo dos próximos percursos.

2. Da perspectiva analítica à avaliação prospectiva: uma postura teórico-metodológica

À guisa de epígrafe deste mesmo percurso, poderíamos colocar, lado a lado, os dois estudos cuja significação - avaliada em termos de meios materiais, período de realização e (sobretudo num deles) recursos humanos envolvidos - permitiu balizar, no campo específico da investigação, os marcos fundamentais de um determinado percurso académico, aqui em avaliação. Concretamente, de um lado a tese de doutoramento - com o título "Lisboa. De capital do Império a centro da Metrópole" - e, do outro, o relatório de um projecto de investigação¹ - que ficou intitulado "Lisboa. Prospectiva de um futuro incerto".

De um título ao outro, enuncia-se, assim, mais um percurso académico, aqui particularmente relevante no que se refere às respectivas posturas teórico-metodológicas presentes em cada um daqueles estudos. Com efeito (e já o afirmámos), no primeiro caso aquela postura centrou-se numa perspectiva analítica, mas, na sua generalidade, como materiais "inertes" no seu próprio passado histórico e documental. Pelo contrário, o estudo realizado mais recentemente, colocou-se, desde o primeiro momento, numa postura prospectiva, de natureza exploratória e reportada ao mesmo objecto das pesquisas anteriores, mas postura entendida como "um panorama de futuros possíveis, isto é, de cenários não improváveis, tendo em conta o peso dos determinismos do passado e a confrontação dos projectos dos actores" (M. Godet, op. cit., 31).

Diga-se, desde já, no entanto, que a "fecundidade imagética" daquela postura teórico-metodológica supera, de longe - se nos é permitida uma tal comparação - a sua respectiva aplicação, quer devido à complexidade técnica da sua própria operatividade (sobretudo no domínio dos estudos de natureza estratégica) quer, ao fim e ao cabo, em relação à própria potencialidade interpretativa dos resultados atingidos. Que não se pense, no entanto, que estamos perante a metáfora "da montanha e do rato"! Significa, tão somente, que em relação à linha de investigação que acabou por ser explorada - e que se admite, obviamente, não esgotar, técnica e metodologicamente, a operatividade daquela abordagem prospectiva - se constatou uma acentuada incongruência entre os meios (técnicos e financeiros) necessários àquela aplicação e o "grau de incerteza" dos resultados esperados.

Em todo o caso, a condição experimental e exploratória daquela postura teórico-metodológica - cuja aplicação inicial, como veremos adiante, permitiu destacar, à luz da problemática do desenvolvimento territorial e da mudança social, um conjunto de "variáveis-chave" tanto sobre algumas "inércias pesadas", como em relação a certos "sinais de mudança" do objecto das pesquisas realizadas (cfr. V. Matias Ferreira, 1989) - aquela condição, dizíamos, permitiu, assim, orientar a construção de dois tipos de instrumentos analíticos, relativamente distintos nos seus procedimentos, mas ambos informados de uma visão prospectiva dos seus potenciais resultados: concretamente, reportamo-nos à construção de um Observatório Prospectivo (da Metrópole de Lisboa) e à aplicação, sobre duas situações concretas (em Lisboa), de dois jogos de simulação urbana.

Convém referir, no entanto, que no quadro daquela problemática do desenvolvimento territorial e da mudança social, a construção daqueles instrumentos de observação e de simulação beneficiou, igualmente, da inserção do autor do presente relatório em "redes" de âmbito internacional. Concretamente, no caso do Observatório - cuja "ideia" inicial parte de um modelo semelhante instalado, desde há vários anos, em Veneza, através do seu Instituto Universitário de Arquitectura - a sua construção, como instrumento metodológico de análise e de observação prospectivas, não deixou de acompanhar o próprio debate no interior de um projecto internacional - o projecto URBINNO, Innovation and Urban Development - envolvendo uma "rede" de investigadores de várias disciplinas e de diversos países, sobretudo europeus. (Adiante retomaremos os objectivos e alguns dos resultados deste projecto).

Por outro lado, a construção de jogos de simulação urbana partiu, inicialmente, de uma colaboração recíproca, através do Programa ERASMUS da CEE, entre o Centro de Estudos Territoriais do ISCTE e o Departamento de Análise Económica e Social do Território do Instituto de Arquitectura de Veneza. Uma tal colaboração centrou-se num evento muito especial - o incêndio do Chiado, em Lisboa, e o seu processo de reconstrução - em torno do qual se desenvolveu, entre aquelas instituições, uma "exercitação didáctica" explorando diversas abordagens analíticas. A construção de um jogo de simulação urbana - delimitando "cenários alternativos" de reconstrução de uma zona sinistrada da cidade de Lisboa - constituiu, assim, uma daquelas abordagens, cuja metodologia foi, posteriormente, seguida num outro jogo de simulação urbana (cfr. bibliografia do autor)².

Deste modo, do ponto de vista das condições metodológicas de observação analítica - mas também da sua simulação - foi possível registar uma significativa mudança ao longo do percurso assinalado, enquanto percurso de natureza instrumental, de "suporte" às abordagens prospectivas realizadas. No caso concreto do Observatório Prospectivo (da Metrópole de Lisboa), os seus objectivos partem de uma caracterização retrospectiva do passado daquele território, para uma avaliação prospectiva do seu futuro, no sentido em que, mantendo embora uma natureza analítica exploratória, tais objectivos constituem um "panorama de futuros possíveis, isto é, não improváveis", o que remete para uma permanente avaliação de "cenários" possíveis de mudança socio-urbanística do objecto em causa (cfr. VMF, 1989, última parte).

Em relação aos jogos de simulação urbana - particularmente os que têm vindo a ser desenvolvidos em estudos sobre o "uso do solo" (cfr. A. Cecchini, 1988) ou, mais amplamente, sobre os processos de "planificação territorial" (cfr. F. Indovina, 1989) - as condições metodológicas da sua utilização apontam, assim, para modos e processos de "projectação" territorial, a partir de uma simulação de decisões ou de efeitos de decisão, formulados com base num "jogo de actores" (protagonistas), condicionados por um conjunto de regras e desenvolvidos em torno do(s) problema(s)- chave que, precisamente, desencadearam a utilização daquele instrumento de avaliação prospectiva (cfr. V. Matias Ferreira e J. L. Casanova, 1990).

Avaliação de observações simuladas e não propriamente "simulação da observação", eis o que constituiu o "leitmotiv" daquelas abordagens de natureza prospectiva, a indiciar novos procedimentos e diferentes posturas face ao "real" social e urbano. No entanto, uma advertência deve ser feita: reconhece-se a complexidade de aplicação de metodologias - e da própria fundamentação conceptual - daquelas abordagens prospectivas³. Por isso, sublinhámos o carácter experimental e exploratório dos instrumentos metodológicos utilizados (e em curso de utilização). Por isso, também, encaminhámos o presente "percurso" no sentido de alguns procedimentos adequados a uma avaliação prospectiva dos "sinais de mudança" dos objectos empíricos dessa mesma interrogação.

3. Da "cidade" à "metrópole" (de Lisboa): um debate teórico e empírico

Embora sumariamente assinalados, os instrumentos analíticos que referimos no ponto anterior permitiram qualificar, metodologicamente, o respectivo percurso académico e profissional. Com efeito, ao deslocar-se de uma determinada perspectiva analítica (presente, sobretudo, nos estudos retrospectivos sobre um determinado objecto empírico) para formas de avaliação prospectiva de alguns dos elementos de mudança social e urbana desse mesmo objecto, aquele percurso permitiu posicionar uma diferente postura teórico-metodológica, eventualmente inovadora, mas seguramente mais adequada (mais fecunda?) à avaliação dos processos de transformação socio-urbanística daquele objecto de investigação empírica.

Realmente, em torno daquela problemática do desenvolvimento territorial e da mudança social, dois vectores temáticos fundamentais orientaram grande parte das pesquisas realizadas (ou em curso) nos últimos anos e cujo equacionamento teórico-metodológico ficou, anteriormente, assinalado: referimo-nos à "inovação social e mudança urbana", por um lado, e, por outro, à "morfologia urbana e transformação social", particularmente no equacionamento do sistema de relações entre o "centro" e a "periferia" do território em causa.

Já vimos que o primeiro vector - "inovação social e mudança urbana" - orientou grande parte da própria participação (através de um grupo de trabalho) no projecto internacional "URBINNO", que assinalámos atrás, e cujo objectivo fundamental era o de analisar o papel das inovações sociais e tecnológicas nos processos de mudança urbana. No quadro daquele projecto, realizaram-se diversas sessões de debate (envolvendo investigadores de diversos países e de diversas áreas disciplinares), tendo sido apresentados papers sobre os diversos casos de estudos e também abordagens comparativas, cruzando problemas e áreas temáticas assumidas pelos respectivos grupos de trabalho (prevista a publicação, em 1992, de uma edição inglesa sobre esses resultados).

Como se pode verificar, aquela participação (que, inclusivamente, contou com a colaboração de diversos técnicos e especialistas) incidiu, sobretudo, numa abordagem retrospectiva dos elementos de mudança (da urbanização de Lisboa) à luz de variáveis-chave que o projecto (no interior do grupo de trabalho) havia privilegiado e ao longo de um arco temporal suficientemente amplo, de modo a

permitir assinalar algumas das condições de inovação social e tecnológica presentes naquele mesmo processo de transformação urbana e territorial.

E, uma vez mais - à semelhança das pesquisas anteriormente realizadas (cfr. V. Matias Ferreira, 1987) - mas, agora, accionando diferentes dimensões analíticas, foi possível constatar a mudança de natureza socio-urbanística - mudança entendida, como dissemos atrás, ao nível dos processos de estruturação territorial e de diferenciação espacial - entre a Cidade (de Lisboa) e a (sua) Metrópole! Em certo sentido, uma tal mudança corresponde igualmente a um determinado "percurso", não obviamente em termos historicistas, mas enquanto "percurso de mudança", no que isso implica de transformação da própria condição urbana do objecto daquelas pesquisas.

Em termos concretos, este "percurso" - da "cidade" à "metrópole" de Lisboa - traduz, empiricamente, um outro "caminho" já atrás referido, quando assinalámos a mudança, conceptualmente significativa, entre o "urbano" e o "território". Sem querermos encerrar um tal debate teórico e empírico em simples relações de correspondência biunívoca, pelo contrário, digamos que esse mesmo debate ilustra e sustenta todo um corpus científico e pedagógico que, em última instância, atravessa o conjunto das actividades (ou dos "percursos"), de natureza académica ou profissional, entretanto realizados.

O segundo vector temático de investigação, atrás indicado - desenvolvido em função da "morfologia urbana e da transformação social" - insere-se, assim, plenamente, naquele debate teórico-empírico. É certo que a própria problematização em torno da "morfologia urbana" (dos diversos casos inquiridos) já havia tido pertinência analítica na discussão centrada no vector temático anterior, em especial no quadro do grupo de trabalho - cuja designação: "built form environment and land use", é disso sintomática - do projecto "URBINNO" (vd. atrás). Simplesmente, o eixo problematizador das presentes reflexões parte daquela temática para equacionar, sobretudo, alguns dos processos e condições de relacionamento entre o "centro" e a "periferia" ou, para usar outra fundamentação, porventura mais adequada, entre aqueles processos e condições de "centralidade urbana" e de "exterioridade metropolitana", num contexto territorial determinado (cfr. V.M.F., 1987, 53 ss.).

Foi, de resto, à luz daquele sistema de relações conflituais e contraditórias (parafrazeando Boaventura S. Santos, 1982) que foi possível avançar, de um ponto de vista prospectivo, com alguns dos dilemas estruturais com que o espaço urbano e o território metropolitano de Lisboa se confrontam no "futuro incerto" do seu próprio desenvolvimento. E não vindo a propósito abordar aqui o que noutra local ficou exposto (cfr. V.M.F., 1989, 79 ss.), centremo-nos, antes, num daqueles dilemas estruturalmente exemplares: referimo-nos ao próprio sentido histórico, sociológico e urbanístico do processo de urbanização da capital do país!

Já antes havíamos registado até que ponto aquele sentido era amplamente tributário do "modelo urbano" estabelecido pelo primeiro plano regulador da urbanização de Lisboa, em 1948. Uma tal tributação haveria de determinar a ainda "omnipresente" estrutura radio-concêntrica (efectivamente, mais radial que circu-

lar) do processo urbano de Lisboa. Realmente, o permanente e intenso "afunilamento" daquele processo urbano, amplamente responsável pela profunda e generalizada concentração terciária e pela correspondente desertificação social e cultural do "centro urbano" da capital, surge, assim, como uma das inércias mais "pesadas", face a uma eventual transformação da lógica daquele processo urbano.

Em todo o caso, e independentemente de posturas mais ou menos voluntaristas de mudança do sentido daquela urbanização, em termos de análise prospectiva aquela lógica só adquire, efectivamente, sentido no contexto metropolitano - e, eventualmente, regional - em que a capital do país, territorialmente, se insere. É pois, num tal contexto territorial que é necessário equacionar o processo de mudança do sistema de relações entre a "centralidade urbana" e a "exterioridade metropolitana", na exacta acepção em que cada uma das componentes daquele sistema só adquire, efectivamente, sentido na interacção relacional e dialéctica com as restantes componentes e com o conjunto do sistema propriamente dito.

Não se tratando de uma "chave" para encerrar o percurso realizado, pelo contrário, digamos que é aquele mesmo equacionamento que abre o debate teórico e empírico, permanentemente questionado por necessidades ou exigências da investigação, mas inexoravelmente aberto na própria exercitação didáctica das suas potencialidades, mas também dos seus limites, nas suas capacidades metodológicas e analíticas, mas também nos riscos de eventual reificação em termos instrumentais, em síntese, aberto, realmente, à própria "fecundidade" daquele mesmo debate. É tempo, pois, de nos encaminharmos para o último "percurso", agora decididamente apontado para aquela exercitação didáctica, lugar e modo de continuarmos nestas "andanças"!

4. Da sociologia urbana à sociologia do território: uma actividade pedagógica e didáctica

Não seria deslocado atribuir a este "último" percurso académico e profissional - que, no relatório referido inicialmente, teve uma devida explicitação e um necessário desenvolvimento - como que a condição de epílogo dos restantes percursos. E isso porque, do ponto de vista das actividades fundamentais aqui em avaliação - actividades decorrentes, como dissemos, da própria função docente exercida nos últimos anos - os pontos anteriormente abordados procuraram ilustrar, ainda que de modo sucinto, os equacionamentos e as modalidades de problematização - de ordem teórica, metodológica e empírica - sustentando, precisamente, aquelas mesmas actividades. A esse nível, portanto, estamos menos perante um novo percurso e mais, sobretudo, confrontados com o corolário "natural" daquela mesma problematização.

E não querendo adiantar o que, em sede própria, teve o devido tratamento, digamos, desde já, contudo, que aquele corolário - dos pressupostos anteriores - acabou por postular alterações significativas em termos disciplinares, reequacionando, à luz daqueles pressupostos, o próprio objecto académico de referência às reflexões entretanto desenvolvidas. Vejamos, então, como uma tal conclusão se foi inscrevendo nos percursos assinalados.

Afirmámos atrás que a mudança de condição espacio-temporal do objecto das pesquisas empíricas acabou por implicar, inexoravelmente, uma mudança de estatuto conceptual dos instrumentos da respectiva investigação, tendo-se o cuidado de sublinhar, no entanto, que uma tal mudança exigia a referência a um mesmo registo teórico de problematização. Que essa mudança tivesse apelado a diferentes instrumentos metodológicos - no quadro de uma determinada problematização - foi algo que nos permitiu potenciar uma visão prospectiva daquele objecto empírico, ao mesmo tempo que se reabria o debate sobre o próprio quadro conceptual daquelas reflexões. Debate reaberto, efectivamente, procurando articular uma visão prospectiva com o que certos autores designam de "urbanismo estratégico" (cfr. F. Ascher, 1990).

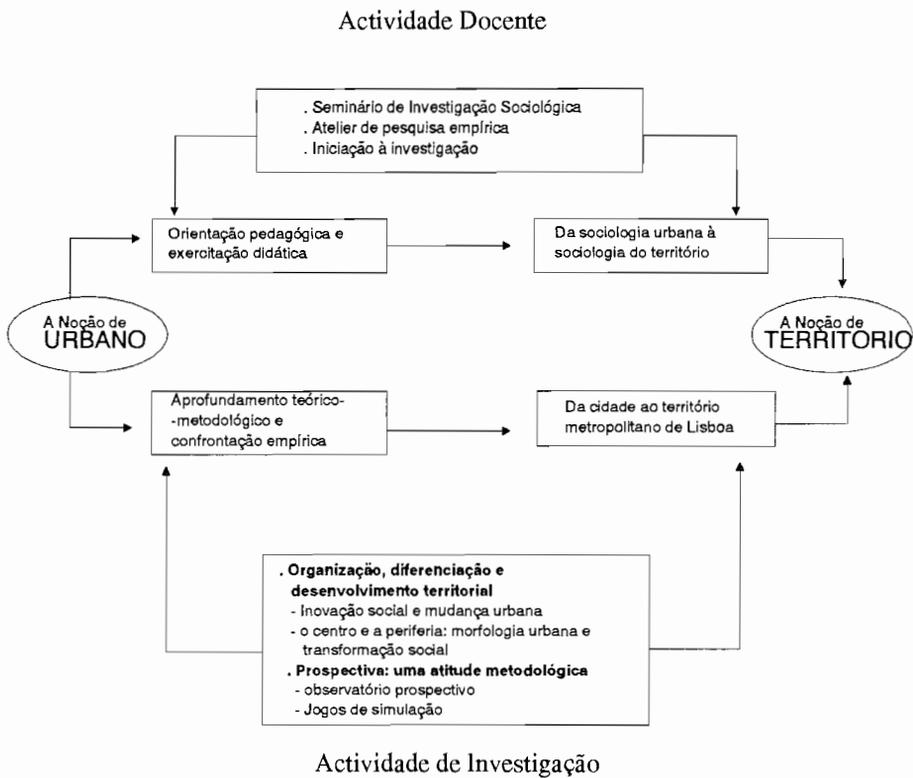
Estes mesmos considerandos estiveram, então, na origem, tal como vimos, de uma conclusão de ordem empírica que interessa agora destacar. Constatámos, assim, que aqueles processos de mudança socio-urbanística - entendidos como processos de estruturação territorial e de diferenciação espacial - traduzindo, empiricamente, a mudança da cidade (de Lisboa) na (sua) Metrópole, indiciavam, sobretudo, elementos de transformação da noção de "urbano", através de um processo "construtivo" conceptualmente mais significativo (ou mais "fecundo", como então preferimos) que nos permitiu chegar à noção de "território"! Do "urbano" ao "território": eis o percurso teoricamente estruturante dos "caminhos" andados, a exigir, por isso, em sede institucionalmente académica, uma reformulação do objecto disciplinar do conjunto das abordagens realizadas, a um tempo, sociológicas e urbanísticas, pese embora alguma ambiguidade tecnico-científica destas últimas reflexões.

Uma tal reformulação disciplinar não decorreu, no entanto, exclusivamente, daquele debate teórico-metodológico e empírico das actividades de pesquisa encetados e em curso de realização. Se estas actividades exigiram, tal como vimos, algumas "rupturas" aos diversos níveis assinalados, uma específica actividade pedagógica - particularmente em torno de duas instâncias de formação curricular: Seminário de investigação e Atelier de pesquisa, - acabou por "exercitar" aquela mesma reformulação disciplinar.

Por isso, o esquema que a seguir apresentamos - sintetizando cada um dos percursos realizados e, ao fim e ao cabo, a própria "caminhada" global - permite leituras directas ou mediatizadas, consoante os níveis ou as instâncias a privilegiar. Constitui, pois, um esquema, simultaneamente analítico e sintético, de um determinado projecto académico e profissional, localizado, como temos vindo a sublinhar, entre as noções de "urbano" e de "território" e que se foi confrontando ao longo de dois eixos fundamentais, interdependentes, de acordo com as actividades docentes e de investigação.

E se algumas das leituras do esquema anexo foram sendo, nos pontos anteriores, sumariamente assinaladas, não se ignora a emergência possível de outros percursos, eventualmente "cruzados" com os anteriores, com outros pontos de partida e, necessariamente, com diferentes pontos de chegada, reordenando aquele esquema, agora à luz de um distinto posicionamento pedagógico e científico. Teria

sido, contudo, um outro projecto de trabalho. Eis o que não pode deixar de ser considerado, precisamente no momento de avaliação global das actividades realizadas, tendo em conta, no entanto, que aquele projecto nos encaminhou, institucionalmente, da sociologia urbana - ou de uma sociologia do "urbano" - para o que, em termos disciplinares, podemos designar por uma sociologia do território.



Notas

- 1 Projecto de que fui responsável, lançado no quadro de actividades do Centro de Estudos Territoriais do ISCTE e financiado pela JNICT.
- 2 De registar que em ambos os jogos de simulação, o autor teve a colaboração preciosa do sociólogo J. L. Casanova.
- 3 Em grande parte concebidos contra os fracassos das "previsões" e da própria "planificação", os estudos prospectivos têm tido uma progressiva aplicação, sobretudo no domínio das observações de natureza estratégica. A prospectiva assume-se, assim, como "uma ciência da acção e da antifatalidade" (Godet, 1983) - Cfr. revista *Futuribles*, Paris, nomeadamente nºs 71 e 72, 1983.

Bibliografia

- ASCHER, François (1990), "Vers un urbanisme stratégique, decisionnel et heuristique", *paper* (doc. tb., base de comunicação a Metrópolis, 1990).
- ATELIER DE SOCIOLOGIA URBANA (1986), "Sociografia populacional da Área Metropolitana de Lisboa - Uma aproximação aos dados estatísticos, 1960-1970-1981", *Sociologia - Problemas e Práticas*, 1, pp. 123-162.
- BACHELARD, Gaston (1970), *La formation de l'esprit scientifique*, Paris, Librairie Philo. J. Vrin.
- CASTELLS, Manuel (1968), "Y a-t-il une sociologie urbaine?" *Sociologie du Travail*, 1/68, pp. 72-90.
- CECCHINI, Arnaldo (1988), "Simulation and gaming simulation in land use studies. Two examples: AR.SIM and VAGUE" in Marani, A. (ed), *Advances in environmental modelling*, Elsevier, Amsterdam, pp. 661-686.
- COSTA, A. Firmino (1983), "Um xadrez em dois tabuleiros: estratégias de reconversão e reprodução/transformação das relações sociais no espaço urbano-rural", manuscrito.
- FERREIRA, V. Matias (1987), *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da Metrópole*, Lisboa, Public. Dom Quixote.
- FERREIRA, V. Matias (coord.) (1989), Lisboa. Prospectiva de um futuro incerto, Relat. de Investigação, Lisboa, JNICT.
- FERREIRA, V. Matias e CASANOVA, J. Luis (1990), "Jogos de simulação urbana e prospectiva da cidade de Lisboa: duas aplicações", *Comunicação ao colóquio "Viver (n)a Cidade"*, CET/LNEC.
- GODET, Michel (1983), "Sept idées-clés", *Futuribles*, Paris, 5-9 (nº esp., "Prospective, prévision, planification stratégique").
- GODET, Michel (1985), *Prospective et planification stratégique*, Paris, Economica.
- INDOVINA, Francesco (org.) (1976), *Capitale e territorio*, Milão, F. Angeli.
- INDOVINA, Francesco (1989), "Simulazione e pianificazione" in A. Cecchini e F. Indovina (org.), *Simulazione*, Milão, F. Angeli.
- INDOVINA, Francesco (org.) (1990), *La città di fine millennio*, Milão, F. Angeli.
- PEIXOTO, João (1990), "Elogio da cidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 30, pp. 97-112.
- SANTOS, Boaventura S. (1982), "O Estado, o direito e a questão urbana", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 9, pp. 9-86.